



ACÓRDÃO Nº 1053/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1462/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Transito - MANAUSTRANS
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsável:** Paulo Henrique do Nascimento Martins (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP e DICA/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6600/2018-DMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Transito - MANAUSTRANS. Exercício de 2014.

Regularidade com ressalvas. Multa. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do **Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito - MANAUSTRANS**, exercício 2014, de responsabilidade do **Sr. Paulo Henrique do Nascimento Martins** - Diretor-Presidente, com fulcro no art. 22, II, da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Paulo Henrique do Nascimento Martins** no valor de **R\$ 6.000,00**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, conforme art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE e art. 308, inciso VII da



ACÓRDÃO Nº 1053/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Resolução nº 04/2002-RITCE, pelos item 10 – DICA/MA e item c – DICOP.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Sr. Paulo Henrique do Nascimento Martins em caso de não recolhimento do prazo estabelecido, ficando, desde já, autorizada a DERED a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02;

10.4. Recomendar ao Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito - Manaustrans que:

10.4.1. Realize esforços visando regularizar a carga horária dos servidores que trabalham na sua área fim, com intuito de evitar que se torne regular e constante o pagamento de horas extras;

10.4.2. Elabore relatórios os fotográficos contendo local e datas;

10.4.3. Realize estudos prévios de viabilidade econômica entre a locação e aquisição de veículos, com vistas a tomada de decisões do gestor;

10.4.4. Nos seus próximos editais para a contratação de agentes de trânsito, informe claramente a política de revezamento nos turnos de trabalho;

10.4.5. Promova a adesivação dos veículos oficiais para que possa se ter um controle com maior eficácia;

10.4.6. Ao tomar conhecimento de irregularidades indicadas por esta Corte, as inclua no escopo de seus relatórios e planos de auditoria do controle interno, além de acompanhar as retificações das impropriedades.

10.4.7. Adote o mapeamento da malha urbana para indicação dos itens de sinalização com indicativo que seja capaz de identificar completamente a sinalização.

10.5. Dar ciência desta decisão ao **Sr. Paulo Henrique do Nascimento Martins** e ao MANAUSTRANS.

10.6. Arquivar os presentes autos nos termos regimentais, após cumpridos os itens acima.



ACÓRDÃO Nº 1053/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 15 de Outubro de 2019
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral